



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – ATA DA 26ª REUNIÃO POR CONVOCAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MACAÉ (MACAEPREV).

ATA nº 26/2025 DE 10/07/2025 - Ata de Reunião do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé, sendo aberta às 17:00 h, convocada por todos os membros, conforme Lei Complementar 119/2009 e art. 5º do Decreto 025/2012. Na presente reunião, reuniram-se na sede do Instituto de Previdência Social, na Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro, 293, Centro, Macaé, Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 03.567.964/0001-04, presentes os membros: Júlio César Viana Carlos, Marcelo Puertas Tavares, Susan Cristina Venturini Ferraz e Ueliton Machado Pinto, nos termos da portaria nº. 0302/2025. A presente reunião visa:

ANALISAR O RELATÓRIO DO INVESTIMENTO – MAIO DE 2025 - PRÓ-GESTÃO:

Os membros deste conselho fiscal receberam do Gestor de Investimentos do MACAEPREV, o Relatório de Investimentos referente ao mês de **MAIO DE 2025**. O presidente deste Conselho esclareceu que o envio deste relatório visa cumprir uma exigência para certificação no Pró-Gestão, item G6, Elaboração de Relatórios Mensais, uma vez que a Secretaria de Previdência - SPREV do Ministério da Fazenda – MF por força da Lei nº 13.341/2016, editou a Portaria MPS nº 185/2015, que instituiu o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS. Inicialmente, destacamos trechos do **RELATÓRIO DO INVESTIMENTO**: *“No mês de maio, um evento muito importante acabou ditando o ritmo dos mercados: a diminuição das tensões comerciais entre China e Estados Unidos. Após sucessivos aumentos tarifários, que chegaram a 145% dos EUA para a China e 125% da China para os EUA, os dois países firmaram um acordo para, durante 90 dias, restaurar as alíquotas aos níveis anteriores às tensões, enquanto buscam destravar as negociações com os devidos cuidados. Essa sinalização trouxe alívio aos mercados, que passaram a enxergar uma possibilidade de trégua por parte do presidente Donald Trump, inclusive nas negociações com outros países. A Guerra da Ucrânia completou 39 meses, embora tenham iniciado novas rodadas de negociação. Em relação aos conflitos no Oriente Médio, novos confrontos entre Israel e grupos armados na Faixa de Gaza e no sul do Líbano. Nos Estados Unidos, em 11 de maio, o acordo parcial firmado com a China trouxe alívio*



momentâneo às tensões comerciais que vinham escalando desde o início do ano. A trégua envolveu a redução significativa das tarifas de importação impostas por ambos os países, com efeitos importantes para o comércio global, a inflação norte-americana e as expectativas para a política monetária. Do lado norte-americano, as tarifas sobre produtos chineses recuaram de 145% para 30%, com exceção de setores específicos, como alumínio e veículos elétricos, que seguem com restrições. Houve também redução nas taxas aplicadas a remessas de baixo valor. A China, por sua vez, cortou suas tarifas de retaliação de 125% para 10%, reabriu o mercado para aeronaves da Boeing e assumiu o compromisso de remover barreiras não tarifárias. As medidas têm validade inicial de 90 dias, com expectativa de novos acordos para possível prorrogação. De acordo com as últimas estimativas da Fitch Ratings, a tarifa média efetiva, que reflete o valor real das tarifas pagas, ponderado pelo volume e tipo de produto, e expressa com mais precisão o impacto sobre os preços finais, caiu de 22,8% para 14,1% nos EUA após o acordo. No caso da China, a redução foi ainda mais expressiva, de 103,6% para 39,1%. Esse realinhamento tem potencial para aliviar choques de oferta e reduzir parcialmente as pressões inflacionárias, sobretudo em relação aos temores que predominavam antes do acordo. Em abril, a criação de vagas superou as expectativas com abertura de 177 mil novas posições e a taxa de desemprego mantida em 4,2%. A média móvel de três meses aponta para 155 mil contratações, nível compatível com a estabilidade no mercado de trabalho. Já no horizonte de seis meses, a média está em 193 mil, patamar elevado. Essa resiliência contribui para a postura mais cautelosa do Federal Reserve (Fed) na condução da política monetária. O Índice de Preços ao Consumidor (CPI) de abril surpreendeu para baixo (+0,22% m/m vs. consenso de +0,3%), levando a inflação acumulada em 12 meses de 2,39% para 2,31%. O núcleo também veio benigno (+0,24% m/m), com destaque para a queda em vestuário (-0,2% m/m) e alívio nos serviços de transporte. Ainda que a inflação de aluguéis tenha permanecido pressionada, os dados confirmam uma tendência desinflacionária mais sólida do que o antecipado. Já a inflação medida pelo PCE (medida de inflação usada pelo Fed) avançou 0,1% M/M, acumulando 2,1% em 12 meses. O Fed manteve os juros inalterados em 4,25% a 4,50% na reunião de maio, e Powell adotou um tom neutro, reconhecendo a incerteza do novo regime tarifário. Powell evitou endossar as projeções do Summary of Economic Projections (SEP) de março (com dois cortes) e rejeitou



comparações com 2019, reiterando que o cenário atual é diferente. O risco fiscal nos EUA voltou ao centro das atenções. Paralelamente ao alívio comercial, o Congresso aprovou um pacote que amplia gastos e pressiona ainda mais o déficit público. Entre os principais pontos estão: a manutenção dos cortes de impostos de 2017 para empresas e famílias, isenções sobre gorjetas, horas extras e juros de financiamentos, ampliação de deduções para heranças, redução de programas sociais, fim de incentivos às energias limpas, aumento dos gastos com defesa e segurança na fronteira e elevação do teto da dívida em US\$ 4 trilhões. Esse impacto ocorre em um cenário já frágil para as contas públicas. Em maio, a agência de rating Moody's rebaixou a nota de crédito soberano dos Estados Unidos. A dívida total supera US\$ 36 trilhões (122% do PIB) e os gastos com juros, que somaram US\$ 1,13 trilhão em 2024, já superaram o orçamento anual do Departamento de Defesa. No campo político, a rápida reversão da postura tarifária evidencia uma abordagem mais tática do que ideológica por parte do governo Trump, consolidando a ideia de um "Trump put", que funciona como um limite informal à agressividade econômica imposto pela reação dos mercados. No entanto, riscos políticos seguem no radar, incluindo o debate fiscal, possíveis mudanças na liderança do Fed em 2026 e as eleições legislativas, todos com potencial de reintroduzir volatilidade em um ambiente que começa a se estabilizar. Na China, o acordo comercial firmado com os Estados Unidos trouxe um alívio importante para os mercados, mas não foi suficiente para impedir os impactos negativos das tarifas sobre a economia chinesa. Os dados mais recentes mostram que houve uma desaceleração da expansão que vinha ocorrendo desde o início do ano, o que deve diminuir as projeções para o crescimento chinês em 2025. Em abril, as vendas no varejo (+5,1%), a produção industrial (+6,1%) e os investimentos em ativos fixos (+4,0%) demonstraram um arrefecimento frente ao ritmo observado em março, quando analisamos a variação anual. Na mesma direção, os dados de Índices de Gerentes de Compras (PMI) mostraram que em abril houve uma queda disseminada nos setores de serviços e indústria, com todas as medidas muito próximas de 50, o limite entre expansão e contração. O caso mais evidente foi o PMI Industrial calculado pela NBS (agência de estatísticas do governo chinês) que caiu de 50,5 em março para 49 em abril, o que significa que o setor voltou para o território de contração. De acordo com a pesquisa, as empresas foram afetadas pelo aumento das tarifas, o que diminuiu a produção de diversos segmentos, mas também



houve a interrupção em novos negócios do setor de serviços. Todos esses dados revelam um movimento de maior cautela das empresas e consumidores diante dos efeitos da guerra comercial e que deve continuar nos próximos meses, já que as tarifas ainda permanecem elevadas mesmo com o acordo entre as duas potências. Apesar da atividade econômica chinesa ter sentido os efeitos da guerra comercial, as exportações ainda mostraram resiliência, com um crescimento de 7,4% em abril no acumulado dos últimos 12 meses. Na comparação anual, as vendas para os EUA caíram 21% em abril, mas foram compensadas por ganhos expressivos em outros mercados, como o Sudeste Asiático (+20,8%), África (+25,3%) e América Latina (+17,3%), indicando um redirecionamento das exportações para outros mercados. Como já era amplamente esperado, os bancos selecionados pelo PBoC reduziram suas taxas de empréstimos de 1 e 5 anos para 3% (vs. 3,1% anterior) e 3,5% (vs. 3,6% anterior), respectivamente. Embora a medida não deva oferecer um suporte significativo à economia, representa uma tentativa de impulsionar a confiança antes da adoção de estímulos mais robustos. Além disso, Pequim tem direcionado esforços para estimular o consumo de bens duráveis, financiamento para governos locais, ampliação de programas sociais e investimentos em infraestrutura. Com isso, embora o déficit do governo central esteja fixado em 4% do PIB, as estimativas da Fitch Ratings e do FMI sobre o déficit fiscal consolidado, que incluem os governos locais e fundos administrados pelo governo central, apontam para um déficit entre 8,5% e 9% em 2025. Nos primeiros quatro meses do ano, o déficit fiscal da China aumentou mais de 50% em relação ao mesmo período de 2024, alcançando um saldo negativo de 2,65 trilhões de yuans (US\$ 367 bilhões), segundo cálculos da Bloomberg. Esse avanço significativo evidencia como Pequim tem ampliado de forma agressiva o suporte fiscal sobre a economia. A combinação de políticas fiscal e monetária expansionistas deve sustentar a atividade econômica e manter a demanda aquecida, amenizando os efeitos da guerra comercial. Na Zona do Euro, o mês de maio foi marcado por dados de atividade mais fracos do que o esperado, puxados principalmente pelo desempenho do PMI do setor de serviços, que voltou a operar em território contracionista (48,9 pts. vs. 50,5 do consenso). Em contrapartida, o setor manufatureiro apresentou sua quinta melhora consecutiva, superando levemente as projeções (49,4 pts. vs. 49,2 do consenso). Destaca-se, nesse contexto, a estabilização dos novos pedidos industriais, que interrompeu um ciclo de



três anos de retração. Desse modo, a incerteza relacionada às tarifas ainda persista, ela não parece ser, no momento, o principal fator de fragilidade, sobretudo diante do adiamento das tarifas recíprocas até o início de julho. O cenário atual evidencia, na verdade, a fraqueza da demanda interna, uma vez que o setor de serviços, menos exposto a choques externos, tem mostrado maior vulnerabilidade. No curto prazo, apesar de certo alívio com o avanço das negociações tarifárias, como as já realizadas entre EUA e Reino Unido, a confiança empresarial voltou a recuar em maio, atingindo o menor nível desde outubro de 2023, o que deve continuar atuando como um obstáculo para a atividade. Para frente, embora o ambiente de juros mais baixos, com possibilidade inclusive de se tornarem expansionistas no segundo semestre, possa representar um vento favorável à demanda doméstica, somado às melhores perspectivas nas negociações comerciais, a contínua queda da confiança de consumidores e empresas pode a seguir impactando negativamente os investimentos. No campo inflacionário, o CPI de abril permaneceu estável (2,2% a/a), mas o núcleo apresentou maior pressão (2,7% a/a vs. 2,4% anterior), impulsionado pela inflação de serviços (4% a/a). Além disso, é importante destacar que o feriado da Páscoa ocorreu mais tardiamente neste ano, revertendo o efeito benigno observado na inflação de março. Por outro lado, o setor de bens ajudou a suavizar parte da pressão (0,7% a/a vs. 1,1% anterior), sobretudo devido à intensificação da deflação de energia (-3,6% a/a vs. -1% anterior), reflexo da queda nos preços do petróleo. Apesar das oscilações de curto prazo, a tendência da inflação continua sendo o principal foco do Banco Central Europeu (BCE), que, nas palavras da presidente Christine Lagarde, segue “bem encaminhada”, com a continuidade da moderação no crescimento dos salários, como refletem as métricas acompanhadas pela instituição. Além disso, as eventuais negociações tarifárias com os EUA também devem contribuir para aliviar as projeções do BCE, fator que deve ser incorporado ao balanço de riscos na próxima reunião de política monetária, para a qual o mercado espera um novo corte na taxa de facilidade de depósito (de 2,25% para 2%). No Brasil, o anúncio da elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) foi a principal medida do governo federal para reforçar a arrecadação em 2025 e 2026, com projeções de R\$ 20 bilhões e R\$ 40 bilhões, respectivamente e, assim, viabilizar o cumprimento das metas fiscais. No entanto, diante da forte repercussão negativa entre diversos setores da sociedade e do mercado, o Executivo recuou parcialmente,



preservando algumas isenções. O projeto aumentou a incerteza no ambiente econômico ao encarecer as operações financeiras internacionais e o crédito para as empresas, comprometendo a previsibilidade do setor produtivo. O impacto foi particularmente significativo sobre as operações de risco sacado, nas quais as companhias que dependem desse instrumento viram seus custos se elevarem substancialmente. O episódio aprofundou o desgaste político do ministro Fernando Haddad, ao escancarar o desalinhamento entre a equipe econômica, a ala política do Executivo e o Congresso. Buscando reverter os danos e construir uma solução mais duradoura, o ministro da Fazenda intensificou sua articulação com o Legislativo. A questão do IOF mostrou a dificuldade do governo em enfrentar os problemas estruturais das contas públicas. Embora Haddad tenha sinalizado uma contenção de gastos acima do previsto na apresentação do Relatório Bimestral, o esforço fiscal segue concentrado no lado da arrecadação, uma estratégia que tem limites políticos e econômicos. O mercado interpretou a situação como mais um movimento reativo do governo, reforçando o ceticismo quanto à sustentabilidade do ajuste fiscal. Esse ambiente de incerteza ganha contornos mais delicados com a aproximação do ciclo eleitoral. A partir do quarto trimestre de 2025, o debate político será dominado por articulações partidárias, definição de candidaturas e aumento da pressão por gastos. Historicamente, governos que controlam a máquina pública costumam abrir os cofres para impulsionar sua popularidade, um cenário que pode se repetir. Em maio, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) elevou a taxa básica de juros, a Selic, em 0,5 ponto percentual, para 14,75% ao ano, em decisão unânime. A alta já era esperada conforme o guidance, ou seja, o sinalizado da reunião anterior, que indicava um aumento de menor magnitude em comparação aos ajustes de 1 p.p. aplicados desde dezembro de 2024. A ata da reunião reforçou a preocupação com a inflação de serviços, destacando que “a inflação de serviços, que tem maior inércia, segue acima do nível compatível com o cumprimento da meta, em contexto de hiato positivo”. Mesmo com os dados vindo melhores do que o esperado, o desafio inflacionário persiste e, somado à desancoragem das expectativas, ainda não permite um alívio no cenário para o Banco Central. A produção industrial brasileira avançou 0,1% em abril na comparação com o mês anterior, com ajuste sazonal, resultado abaixo do consenso de mercado. Na comparação interanual, houve queda de 0,3%, enquanto o acumulado de 2025 aponta alta de 1,4%. O



desempenho positivo da indústria em abril foi puxado pela indústria extrativa, com crescimento de 1% no mês e avanço acumulado de 7,5% nos últimos três meses. Esse segmento, por depender menos das condições domésticas, tem apresentado maior destaque. Além disso, o setor de bens de capital apresentou desempenho positivo, com alta de 1,4% no mês e crescimento de 8,3% no acumulado em 12 meses se destacando como um dos poucos setores dentro da indústria de transformação a continuar crescendo mesmo diante do cenário mais adverso. A antecipação das importações de máquinas e equipamentos para fugir da guerra comercial e evitar possíveis problemas nas cadeias globais de produção ajuda a explicar esse crescimento no mês. Por outro lado, setores mais cíclicos vêm desacelerando, refletindo os efeitos de juros elevados, crédito mais caro, custo ainda altos e incertezas provocadas pela guerra comercial. A indústria de transformação recuou 0,5% na variação mensal, quarta queda nos últimos seis meses, com destaque negativo para o segmento de bens de consumo, que caiu 1,6%. Em geral, o resultado de abril sinaliza uma perda de tração da indústria diante da fragilidade de segmentos mais sensíveis ao ciclo doméstico. O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 1,4% no primeiro trimestre de 2025 em relação ao trimestre anterior, na série com ajuste sazonal. Na comparação anual, o PIB cresceu 2,9% e manteve a trajetória de forte expansão observada nos últimos anos. O bom desempenho no primeiro trimestre foi puxado pela agropecuária (+12,2%), pelo consumo das famílias (+1%) e pelos investimentos (+3,1%). O agro foi impulsionado por condições climáticas favoráveis, ganhos de produtividade e uma safra recorde em curso. A indústria apresentou recuo de 0,1% no trimestre, embora tenha crescido 2,4% em relação ao 1T24, mostrando sinais de desaceleração. O setor de serviços expandiu 0,3% no trimestre e 2,1% na comparação anual, com destaque para o comércio (+0,3%) e o segmento de informação e comunicação, que avançou 3% na comparação trimestral e acumula alta superior a 38% desde a pandemia. O consumo das famílias registrou alta de 1% no trimestre e de 2,6% no ano, refletindo o mercado de trabalho sólido marcado pela taxa de desemprego em mínimas históricas, expansão do mercado formal e crescimento do salário real. O consumo do governo avançou 0,1% no trimestre e 1,1% na comparação anual. No caso das importações, houve uma alta de 5,9% no trimestre, reflexo de uma atividade econômica ainda aquecida, mas também pela antecipação das importações para fugir das tarifas mais



altas no comércio internacional. Já as exportações avançaram 2,9% no 1T25, beneficiada pela taxa de câmbio mais desvalorizada, o aumento da produção de grãos e seu direcionamento para o comércio exterior, além da demanda chinesa. A taxa de desemprego no trimestre encerrado em abril de 2025 ficou em 6,6%, abaixo das expectativas do mercado. Trata-se de uma queda de 0,9 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2024 e do menor nível para o mês de abril desde o início da série histórica. Na série com ajuste sazonal, a taxa de desemprego recuou para 6,3% em abril, ante 6,6% em março. O dado reforça a resiliência do mercado de trabalho, mesmo diante da política monetária bastante restritiva e de alguns sinais de desaceleração da economia. Com o fim da sazonalidade típica do início do ano, marcada pelo encerramento de contratos temporários, a desocupação voltou a recuar, puxada, principalmente, pelo mercado formal. O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado atingiu nível recorde de 39,6 milhões, um crescimento de 3,8% na comparação anual e de 0,5% no mês. Os dados do Caged também corroboram essa forte melhora do setor formal, com a criação de 257.528 vagas formais em abril, bem acima da expectativa do mercado e superando o desempenho de abril de 2024. No acumulado do ano, foram gerados mais de 922 mil empregos com carteira assinada, embora 4,5% inferior ao registrado no mesmo período do ano passado. O mercado de trabalho permanece como um dos principais pilares de sustentação da atividade econômica, em especial do consumo das famílias. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que registrou alta de 0,26%, ficando 0,17 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de abril (0,43%). No ano, o IPCA acumula alta de 2,75% e, nos últimos doze meses, o índice ficou em 5,32%, abaixo dos 5,53% dos 12 meses imediatamente anteriores. Em maio de 2024, a variação havia sido de 0,46%. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, Habitação apresentou maior variação (1,19%) e maior impacto (0,18 p.p.) no índice de maio, com os demais grupos de produtos e serviços pesquisados apresentando variação entre o 0,54% de Saúde e cuidados pessoais e o 0,05% de Educação. Os grupos Transportes e Artigos de residência registraram variação negativa de 0,37% e 0,27%, respectivamente. Com a vigência da bandeira tarifária amarela no mês de maio, adicionando R\$ 1,885 na conta de luz a cada 100 kWh consumidos, a energia elétrica residencial (3,62%) foi o subitem com o maior impacto

individual no índice do mês (0,14 p.p.), destacando-se no grupo Habitação, que acelerou de 0,14% em abril para 1,19% em maio. Em Alimentação e bebidas, grupo de maior peso no índice, houve desaceleração de 0,82% em abril para 0,17% em maio, com a alimentação no domicílio saindo de 0,83% para 0,02%. Contribuíram para esse resultado as quedas do tomate (-13,52%), do arroz (-4,00%), do ovo de galinha (-3,98%) e das frutas (-1,67%). No lado das altas destacam-se a batata-inglesa (10,34%), a cebola (10,28%), o café moído (4,59%) e as carnes (0,97%). A alimentação fora do domicílio registrou alta de 0,58% em maio, frente ao 0,80% de abril. O subitem refeição acelerou de 0,48% para 0,64% em maio, e o lanche, por sua vez, saiu de 1,38% em para 0,51% em maio. Em Saúde e cuidados pessoais, que desacelerou de 1,18% em abril para 0,54% em maio, destacam-se os produtos farmacêuticos (0,69%), após a autorização do reajuste de até 5,09% nos preços dos medicamentos, a partir de 31 de março, e o plano de saúde (0,57%). No grupo Vestuário (0,41%), sobressaem as altas na roupafeminina (0,84%), na roupamasculina (0,10%) e nos calçados e acessórios (0,10%). Contribuindo para a desaceleração do IPCA de maio, o grupodos Transportes apresentou recuo de 0,37% e impacto de -0,08 p.p. Essa queda foiimpulsionada pelo resultado da passagem aérea (-11,31%) e dos combustíveis (-0,72%), todosregistrando variação negativa em maio: o óleo diesel de 1,30%, o etanol de 0,91%, o gásveicular de 0,83%, e a gasolina de 0,66%.”

Variação mensal por grupos (%). maio 2025



Fonte: IBGE. O Ibovespa, principal índice da bolsa de valores brasileira, encerrou o

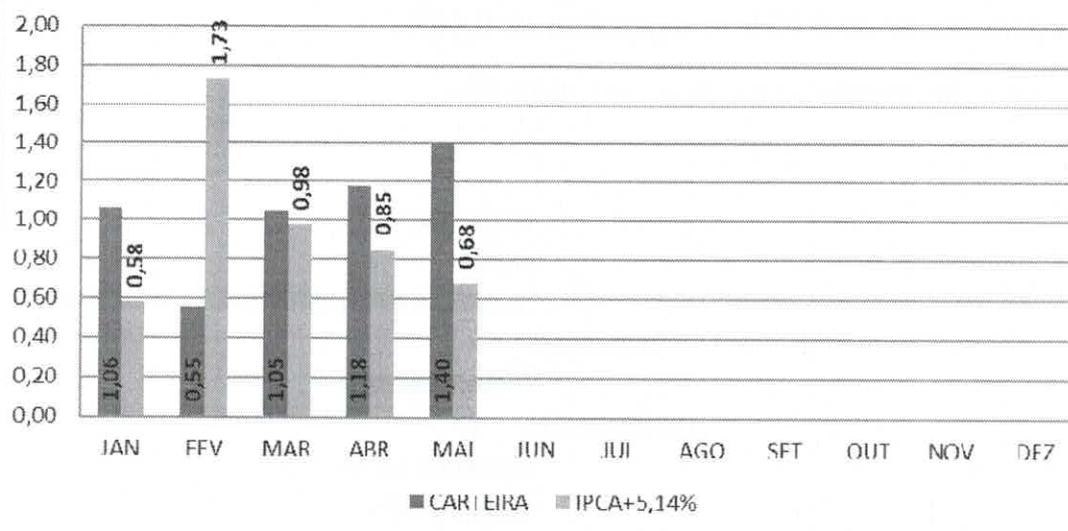


mês com uma alta de 1,45%, alcançando os 137.027 pontos. Esse foi o terceiro mês consecutivo de alta para o Ibovespa, que também registrou quatro renovações de máxima no período. A entrada dos investidores estrangeiros também ajudou a sustentar esse desempenho. Esse movimento refletiu a realocação de investidores para mercados emergentes, como o Brasil, que apresenta ativos com valuations mais atrativos, juro real elevado e estabilidade cambial. No acumulado do ano, o Brasil continua sendo destaque quando comparado com Bolsas de Valores de outros países. **RESULTADO DA CARTEIRA:** Os membros deste conselho verificaram que no mês de maio A Carteira Previdenciária obteve um resultado de 1,40%, enquanto a Meta Atuarial, representada pelo IPCA + 5,14%, foi de 0,68%, ou seja, 205,88% da meta atuarial, enquanto ABRIL fechou o mês com uma rentabilidade de 1,18%, enquanto a Meta Atuarial, representada pelo IPCA + 5,14%, foi de 0,85%.

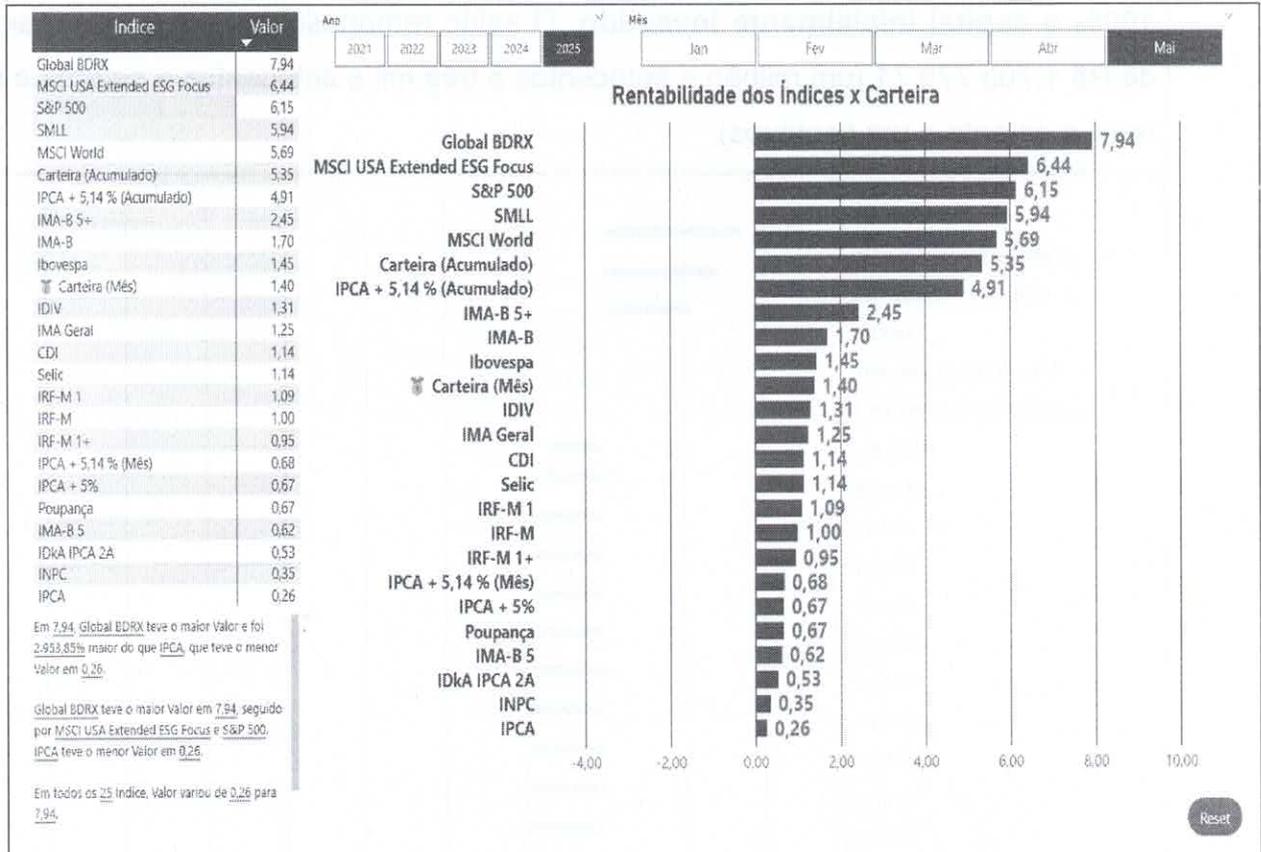
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM
CARTEIRA	1,06	0,55	1,05	1,18	1,40								5,35
IPCA	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26								2,75
5,14% a.m.	0,42	0,42	0,42	0,42	0,42								2,11
IPCA+5,14%	0,58	1,73	0,98	0,85	0,68								4,91

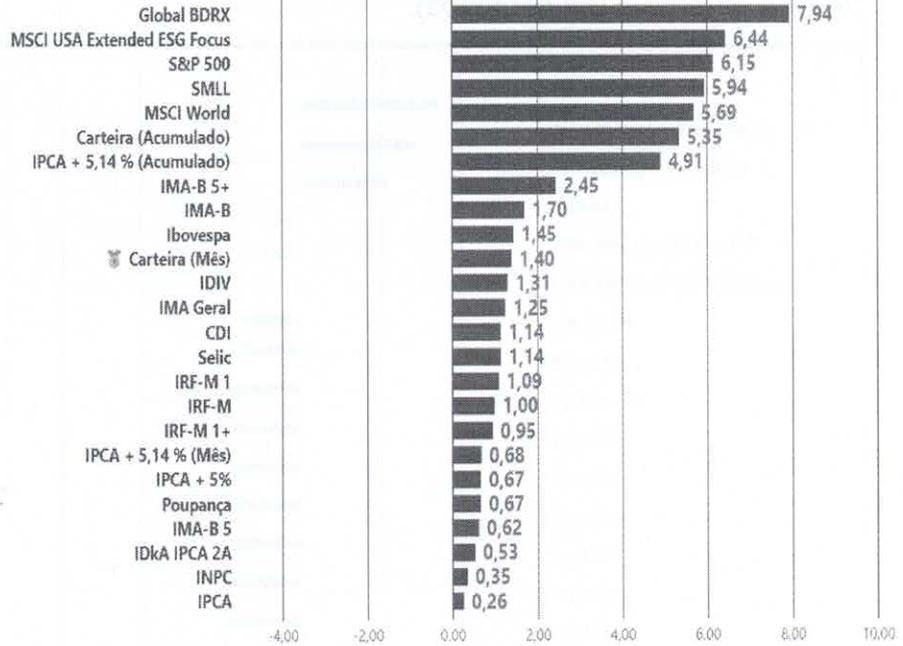
CARTEIRA X META ATUARIAL



A seguir, foi apresentado o quadro com o comportamento da Carteira, meta atuarial e diversos índices do mercado.

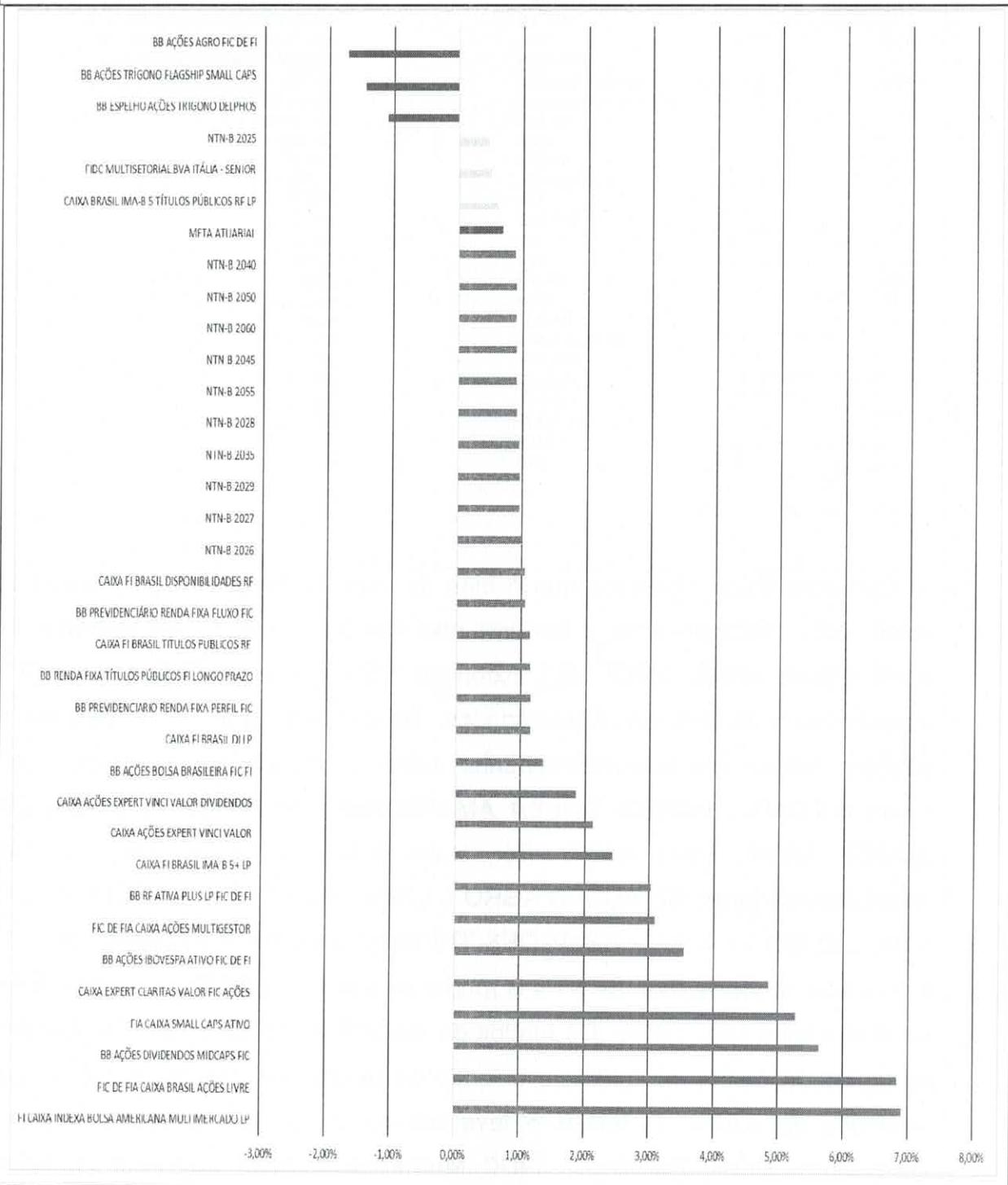


Rentabilidade dos Índices x Carteira



O Conselho Fiscal observou que o mês de maio foi **favorável para os ativos de risco**, com destaque para a performance dos investimentos no **exterior**. Índices como Global BDRX, MSCI USA Extended ESG Focus, S&P 500 e MSCI World apresentaram as maiores rentabilidades. No cenário local, os **fundos de ações** também tiveram um bom desempenho médio de 2,53%. Os melhores resultados foram do **CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA**, com 6,90%, e **CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE**, com 6,83%. Por outro lado, os fundos com as menores rentabilidades foram BB AÇÕES AGRO (-1,72%), BB AÇÕES TRÍGONO FLAGSHIP SMALL CAPS (-1,44%) e BB AÇÕES TRÍGONO DELPHOS INCOME FIA (-1,10%). Em relação à **renda fixa**, as NTN-B renderam em média 0,88%, com a NTN-B 2026 se destacando com 1,00%. Os fundos de renda fixa indexados ao CDI tiveram uma rentabilidade média de 1,14%, e o fundo de renda fixa com gestão ativa registrou uma alta de 3,03%. O IMA-B 5 teve retorno de 0,61%, enquanto o IMA-B 5+ apresentou 2,43%. Por fim, o **FIDC Multisetorial Itália** obteve rentabilidade de 0,51% (R\$ 8.709,37). Em 05 de maio de 2025, o MACAEPREV recebeu R\$ 182.748,26 como amortização. No entanto, o Conselho Fiscal notou que, até 31 de maio de 2025, foram **resgatados R\$ 10.625.572,61**, valor que **supera em mais de**

100% o capital inicialmente investido. O saldo remanescente em 31 de maio era de R\$ 1.703.779,71 (um milhão e setecentos e três mil e setecentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos).



DO RESULTADO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: Em maio, a **Carteira da Taxa de Administração** apresentou um resultado notável de **1,04%**, o que representa



152,94% da meta atuarial. Este desempenho gerou um rendimento positivo de **R\$ 2.795.855,00** (dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais) no mês. Ao final de maio, o saldo total da Carteira da Taxa de Administração atingiu **R\$ 270.487.405,30** (duzentos e setenta milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinco reais e trinta centavos). **RESULTADO DA CARTEIRA PREVIDENCIÁRIA:** Desempenho da Carteira Previdenciária em Maio: Em maio, nosso portfólio apresentou um **desempenho superior à Meta Atuarial**. A **Carteira Previdenciária** obteve um resultado de **1,40%**. Comparado à Meta Atuarial, representada pelo IPCA + 5,14%, que foi de 0,68%, alcançamos impressionantes **205,88% da meta**. Ao final de maio, o **Patrimônio do Fundo Previdenciário** totalizou **R\$ 4.968.839.189,07** (quatro bilhões, novecentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e nove reais e sete centavos). **O PATRIMÔNIO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO** atingiu em MAIO **R\$ R\$ 4.968.839.189,07** (quatro bilhões e novecentos e sessenta e oito milhões e oitocentos e trinta e nove mil e cento e oitenta e nove reais e sete centavos), enquanto ABRIL foi de **4.898.026.408,07** (quatro bilhões e oitocentos e noventa e oito milhões e vinte e seis mil e quatrocentos e oito reais e sete centavos).

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM
CARTEIRA	1,06	0,55	1,05	1,18	1,40								5,35
IPCA	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26								2,75
5,14% a.m.	0,42	0,42	0,42	0,42	0,42								2,11
IPCA+5,14%	0,58	1,73	0,98	0,85	0,68								4,91

DOS RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL 2021: A Carteira para Cobertura de Déficit Atuarial (anualidade 2021) apresentou um resultado - **1,31%**, ou seja, **192,65%** da meta atuarial, e fechou o mês com um saldo de **R\$ 31.227.821,24** (Trinta e um milhões, duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos.). **DOS RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL 2022:** A Carteira para Cobertura de Déficit Atuarial (anualidade 2022) apresentou um resultado de **0,45%**, ou seja, **66,18%** da meta atuarial, encerrando o mês com um saldo de **R\$ 22.480.059,31** (vinte dois milhões e quatrocentos e oitenta mil e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos).



HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM
CARTEIRA	2,24	0,82	0,48	1,72	0,48								5,60
IPCA	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26								2,75
5,14% a.m.	0,42	0,42	0,42	0,42	0,42								2,11
IPCA+5,14%	0,58	1,73	0,98	0,85	0,68								4,91

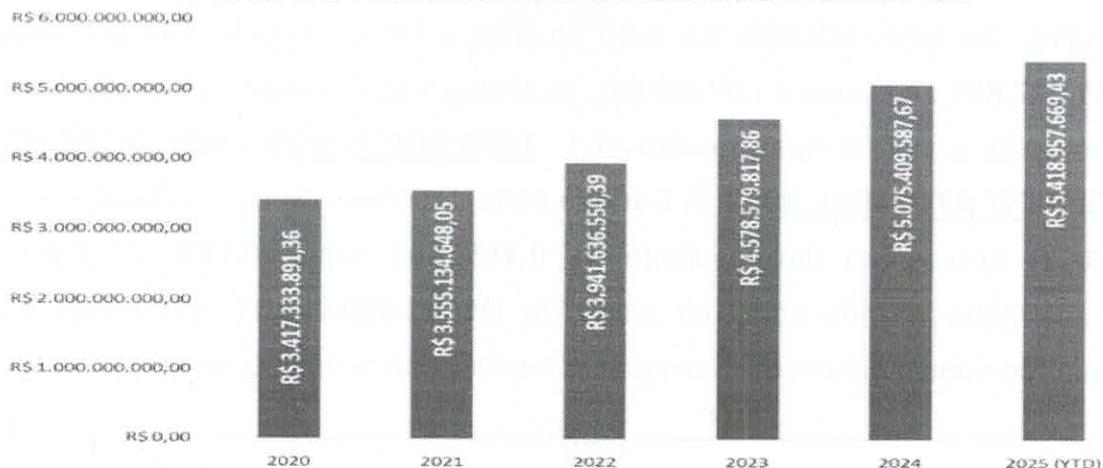
DOS RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL 2023: A Carteira para Cobertura de Déficit Atuarial (anualidade 2023) apresentou um resultado de **0,45%**, correspondendo a **66,18%** da meta atuarial, e encerrou o mês com um saldo de **R\$ 38.280.372,10** (trinta e oito milhões e duzentos e oitenta mil e trezentos e setenta e dois reais e dez centavos).

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM
CARTEIRA	2,24	0,62	0,46	1,72	0,45								5,60
IPCA	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26								2,75
5,14% a.m.	0,42	0,42	0,42	0,42	0,42								2,11
IPCA+5,14%	0,58	1,73	0,98	0,85	0,68								4,91

DOS RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL 2024: A Carteira para Cobertura de Déficit Atuarial (anualidade 2024) apresentou um resultado de **0,70%**, correspondente a **102,94%** da meta atuarial, e encerrou o mês com um saldo de **R\$ 44.022.612,00** (quarenta e quatro milhões e vinte dois mil e seiscentos e doze reais). **CONCLUSÃO:** O MACAEPREV encerrou o mês de **MAIO** de 2025 com o Patrimônio Consolidado de **R\$ 5.418.957.669,43** (cinco bilhões e quatrocentos e dezoito milhões e novecentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos). O rendimento de maio da Carteira Consolidada do Instituto foi positivo em **R\$ 72.963.168,93** (setenta e dois milhões e novecentos e sessenta e três mil e cento e sessenta e oito reais e noventa e três centavos).

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO CONSOLIDADO DO MACAEPREV





Diante disso, após análise minuciosa das informações contidas no presente relatório de investimentos, os conselheiros deliberaram, por unanimidade, pela **APROVAÇÃO** do relatório de investimentos referente ao mês de **MAIO DE 2025**. Deliberam ainda, os membros deste conselho fiscal, pela emissão de **TERMO DE APROVAÇÃO**, com o encaminhamento ao Gestor de Investimentos. Assim concluímos os trabalhos deste conselho sobre o relatório de investimento, ficando a presente ata à disposição dos servidores ativos, inativos e pensionistas, a fim de que tenham conhecimento acerca das informações contidas no presente. Esta ATA foi lavrada por mim, **Susan Cristina Venturini Ferraz**, sendo lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Horário de término: às 19:50 h. Fica marcado para o dia 17/07/2025 a próxima reunião **EXTRAORDINÁRIA** deste Conselho Fiscal, às 17:00 h, na sede deste Instituto. Nada mais havendo para o momento, foi encerrada a reunião. **CONSELHO FISCAL**.

JÚLIO CÉSAR VIANA CARLOS	PRESIDENTE	
UELITON MACHADO PINTO	MEMBRO	
SUSAN C. V. FERRAZ	MEMBRO	
MARCELO P. TAVARES	MEMBRO	



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Conselho Fiscal

RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS

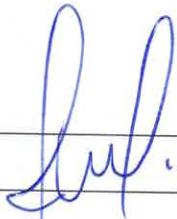
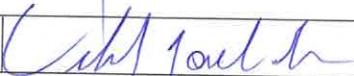
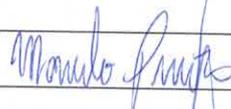
MAIO DE 2025

TERMO DE APROVAÇÃO CONSELHO FISCAL

Ao dia **12/06/2025**, nas dependências do Instituto de Previdência Social de Macaé – MACAEPREV, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, na Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro, 293, Centro, Macaé/RJ, o Conselho Fiscal reuniu-se para análise dos investimentos, acompanhamento da rentabilidade, dos riscos das diversas modalidades de operações realizados na aplicação dos recursos do RPPS, da aderência das alocações, processos decisórios de investimentos e políticas de investimentos referentes à **MAIO DE 2025**. Considerando todas as informações constantes no presente relatório, **APROVAMOS** o relatório de investimentos referente a **MAIO DE 2025**.

Macaé, 10 de julho de 2025.

CONSELHO FISCAL

JÚLIO CÉSAR VIANA CARLOS	PRESIDENTE	
UELITON MACHADO PINTO	MEMBRO	
MARCELO P. TAVARES	MEMBRO	
SUSAN C. V. FERRAZ	MEMBRO	